

Memória da Reunião da Comissão Intergestora Regional (CIR) Grande Florianópolis

Data: 13/04/2016

Horário:9:00hs

Local: Associação dos Municípios

Conforme pactuado na plenária 126 do CMS, a Secretaria Municipal de Saúde solicitou uma pauta sobre o CEREST na reunião da CIR que se realizou no dia 13 de abril de 2016, na Associação dos Municípios Granfpolis no bairro Capoeiras, com a participação de três conselheiros membros da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST), do CMS.O pedido de pauta foi aceito e no dia da reunião estavam presentes os representantes da CIST, assim como outros integrantes do movimento sindical que apoiam a continuidade do CEREST com sede no município de Florianópolis e a implementação da Política de saúde do trabalhador nos 22 municípios da Gde Florianópolis.

O tema CEREST foi o primeiro item de pauta e o Diretor da Vigilância em Saúde, Leandro Garcia foi o primeiro a fazer apresentação. Leandro fez uma retrospectiva desde a pactuação e implantação do CEREST em nossa região, passando pelos avanços, dificuldades e desafios existentes na Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, destacando suas fragilidades, que segundo ele são muitas. Em sua conclusão o diretor reafirmou o pedido de desabilitação do CEREST, mas apresentou as três propostas existentes na mesa:

- a primeira segundo ele é do Ministério da Saúde, colocada na reunião do dia 18 de março ocorrida em Florianópolis, com a presença de membros do Estado, Ministério, Secretaria de saúde de Fpolis e CIST Fpolis. Foi defendida a ideia de que o CEREST seja mantido na região e que outro município assumira então a sua gestão;
- a segunda proposta da SMS Fpolis pela manutenção de desabilitação do CEREST e para que o Estado assumira a responsabilidade de fazer uma gestão junto aos 22 municípios visando implantar e implementar a VISAT.
- a terceira proposta do CMS é pela manutenção do CEREST com sede em Fpolis e a partir daí se buscar o fortalecimento e implementação da Política de saúde do Trablhador.

O presidente da CIR novamente com a palavra concluiu que os membros deste colegiado deveriam escolher para onde deveria ir o CEREST.

Neste momento os membros da CIST solicitam a palavra para defender a manutenção do CEREST em Florianópolis e são convidados a tomar parte da mesa, expondo seu ponto de vista. Passam a compor a mesa então o procurador Dr. Marcelo Neves (Ministério Público do trabalho), Elisa Ferreira (CMS/ CIST), Nereu S. Espezim (CMS/CIST) e Nicolau de Almeida Neto (CES/CIST Estadual). O Secretário de Fpolis Dr. Daniel Moutinho também tomou assento na mesa, e aproveitou para complementar algumas informações dadas por seu diretor.

A primeira a falar foi a conselheira Elisa que fez uma síntese sobre a Política de Saúde do Trabalhador, a RENAST, destacando a relevância dos CEREST's como polos promotores dessa

política junto aos demais municípios da região que os compõem através de ações de educação permanente e capacitação desses profissionais da saúde que atendem/cuidam do trabalhador.

O procurador Marcelo reafirmou sua fala feita anteriormente na plenária do CMS, de que é contrário a desabilitação de Florianópolis como município sede do CEREST, considerando o fato da capital ser referência em muitas áreas e serviços para os demais municípios de SC. Lembrou a importância da co-responsabilização e co-gestão que os municípios da Gde Florianópolis devem ter em relação a política de saúde do trabalhador que envolve e é compromisso de todos. Sugeriu inclusive a possibilidade de formas de consorciar este serviço.

Nicolau reforçou a importância de ações de promoção e prevenção na área de saúde do trabalhador, reforçando o papel fundamental do CEREST para capacitar o profissional que atende o trabalhador. Segundo ele a nomenclatura utilizada pelo SUS denominando de usuários as pessoas que chegam ao serviço de saúde faz com que estas não sejam vistas enquanto trabalhadores. Pois o usuário trabalha como agricultor, mecânico, professor, e assim por diante. O que torna relevante a causa do adoecimento e da identificação se for em decorrência do trabalho, para que se possa conhecer do que adoecem os trabalhadores, qual área acontece este adoecimento e assim planejar e executar ações de promoção e prevenção para a saúde do trabalhador.

Elisa com a palavra novamente enfatiza que não podemos retroceder ao ponto de perder os avanços da política de saúde do trabalhador, menosprezando toda a luta para se chegar até aqui, considerando que este é um movimento contra hegemônico. Em contrapartida pode se fazer um estudo e um debate pela própria CIR para superar os desafios e problemas existentes dentro desta política.

O presidente da CIR reafirma que não vem ao caso a importância do CEREST como serviço a questão posta é se algum dos municípios deseja substituir Florianópolis como sede do CERES na região.

Uma integrante da CIR, do município de São José fala do belo trabalho do Ambulatório de saúde do trabalhador que estão desenvolvendo neste município em parceria com o HU e a retaguarda dos técnicos de Fpolis. Segundo ela não tem grande conhecimento sobre as questões que envolvem o CEREST.

A gestora de Garopaba Kátia, não concorda com a definição do assunto neste momento, pois muitos secretários são novos e desconhecem o tema e a sua complexidade e relevância. Sugere então a formação de um grupo de trabalho com membros da CIR e também os atores que estão compondo a mesa, para que façam um estudo mais aprofundado sobre esta política do CEREST e que depois o resultado seja apresentado numa reunião da CIR para deliberação.

Esta proposta satisfaz a todos os presentes e o presidente então acata o posicionamento de formação do grupo de trabalho e passa ao segundo ponto de pauta.